

# A proteção do meio ambiente no Sistema Interamericano de Direitos Humanos a partir do direito à educação

## Protecting the environment in the Inter-American Human Rights System from the right to education\*

Augusto César Leite de Resende\*\*

### RESUMO

O artigo 11 do Protocolo de San Salvador consagra o direito humano ao meio ambiente sadio. No entanto, as agressões ambientais não se sujeitam ao sistema de petições individuais disciplinado pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos e, por consequência, à jurisdição contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Ocorre que o consumo consciente é um importante instrumento de preservação da natureza, mas que exige mudança de comportamento dos consumidores que não se importam com os impactos negativos que a sua decisão de consumo pode provocar no meio ambiente. Por isso, faz-se necessária a consecução do direito à educação de modo a proporcionar a disseminação de nova mentalidade e conscientização da utilização racional dos recursos naturais. Nesse contexto, o presente artigo científico tem por finalidade apresentar, a partir de uma pesquisa dedutiva, doutrinária e legislativa, argumentos favoráveis no sentido da possibilidade da proteção da natureza perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos com base no direito à educação, para concluir, ao final, que a execução do direito à educação, sem que contemple a conscientização socioambiental das pessoas, poderá ensejar a responsabilização do Brasil, perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, por violação do retromencionado direito social. A importância deste trabalho está no fato de propiciar o debate acadêmico acerca da possibilidade do uso da solução judicial nos casos de degradações ambientais, proporcionando, assim, maior efetividade ao direito humano, ao meio ambiente sadio, ainda que por via reflexa ou indireta, no âmbito do sistema interamericano de direitos humanos.

**Palavras-chave:** Meio ambiente. Consumo consciente. Educação. Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

### ABSTRACT

Article 11 of the Protocol of San Salvador enshrines the human right to a healthy environment. However, environmental aggressions are not subject to the system of individual petitions governed by the American Convention on Human Rights and, consequently, to the contentious jurisdiction of the

\* Recebido em 18/07/2013

Aprovado em 20/10/2013

\*\* Mestrando em Direito Econômico e Socioambiental pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Especialista em Direito Público pela Universidade Sul de Santa Catarina. Professor de Direito Constitucional da FANESE. Promotor de Justiça em Sergipe. Email: [augusto@mp.se.gov.br](mailto:augusto@mp.se.gov.br)

Inter-American Court of Human Rights. It happens that conscious consumer is an important tool for nature conservation, but that requires a change in consumer behavior that do not care about the negative impact that their consumption decision can cause the environment. Therefore, it is necessary to achieve the right to education to provide the spread of a new mentality and awareness of rational use of natural resources. In this context, this paper research aims to present, from a deductive, doctrinal and legislative research, arguments favorable towards the possibility of protection of nature on the Inter-American Court of Human Rights from the right to education. To conclude, in the end, the implementation of the right to education without covering the environmental awareness of people may risk the accountability of Brazil, on the Inter-American Court of Human Rights for violating the retro mentioned social right. The importance of this paper lies in the fact of providing academic debate about the possibility of the use of adjudication in cases of environmental degradation, thereby providing greater effectiveness to the human right to a healthy environment, even if by reflex pathway or indirectly, under Inter-American Human Rights System.

**Keywords:** Environment. Conscious consumption, Education, Inter-American Human Rights system,

## 1. INTRODUÇÃO

As atuais formas de produção de bens e os hábitos de consumo vêm acarretando impactos negativos no meio ambiente e na sociedade, razão pela qual urge mudanças de comportamento dos consumidores como mecanismo de promoção do desenvolvimento sustentável e de proteção do meio ambiente.

Daí a imprescindibilidade do consumo consciente, pois promove o desenvolvimento sustentável por meio do estímulo à produção de bens e serviços com menor impacto negativo ao meio ambiente e com observância dos direitos humanos, em especial, dos trabalhadores.

Entretanto, o consumo consciente só promoverá o desenvolvimento sustentável se houver a execução de políticas públicas de educação que ciente às pessoas sobre os impactos negativos e positivos que suas decisões de consumo poderão provocar na sociedade e no meio ambiente e, dessa maneira, nortear corretamente suas escolhas.

Dessa maneira, por intermédio do consumo consciente, a proteção do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável dependem de uma atuação positiva do Estado, dentre outras, na tarefa de contemplar, nas propostas pedagógicas das unidades de ensino, diretrizes de educação voltadas ao consumo consciente.

Nesse contexto, o art. 13 do Protocolo de San Salvador aduz que toda pessoa tem direito à educação, que deverá ser implementada de modo a fortalecer os direitos humanos e a democracia, e a propiciar o pleno desenvolvimento da pessoa humana — o que demanda necessariamente que essa educação promova a consciência socioambiental da pessoa humana.

Desse modo, o presente artigo científico tem por finalidade apresentar, a partir de pesquisas doutrinária e legislativa, argumentos favoráveis no sentido da possibilidade da proteção do meio ambiente, perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, sempre que houver a execução do direito à educação sem que contemple a conscientização socioambiental das pessoas, uma vez que tal omissão poderá ensejar a responsabilização internacional da República Federativa do Brasil por violação do direito social à educação previsto no art. 13 do Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

No que pese todos os Estados-partes do Protocolo San Salvador serem obrigados a cumprir de boa-fé as disposições convencionais do referido ato normativo internacional, sob pena de responsabilização, por uma questão de recorte metodológico, o presente trabalho se limitará ao exemplo brasileiro.

Primeiramente, abordar-se-á o conceito de desenvolvimento sustentável. Após, discutir-se-á o conceito de consumo consciente, a sua relação com desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente e a necessidade de educação para que os consumidores possam adotar comportamentos éticos e solidários de consumo.

Em seguida, analisar-se-ão os aspectos gerais do sistema interamericano de direitos humanos, seus principais documentos normativos e órgãos incumbidos da proteção e da promoção dos direitos humanos nas Américas. E, por fim, serão abordadas as questões envolvendo o direito à educação no âmbito do sistema interamericano de direitos humanos e o papel da Corte Interamericana de Direitos Humanos na implementação dos direitos sociais no Brasil.

## 2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Os atuais ritmos de desenvolvimento econômico, produção e consumo estão esgotando as reservas naturais e colocando em xeque a existência da vida no planeta, de modo que urge que seja solucionada a contradição existente entre crescimento econômico e preservação da natureza, razão pela qual se faz necessária a compatibilização do desenvolvimento com a proteção da natureza, mediante a promoção do desenvolvimento sustentável como instrumento de garantia, não somente da vida biológica, mas da vida com dignidade e com qualidade para as presentes e futuras gerações.

A modernidade, que Anthony Giddens conceitua como o “[...] estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência”,<sup>1</sup> substituiu as sociedades primitivas, cujas formas de produção eram baseadas na agricultura, pela sociedade moderna, de onde o capitalismo e a industrialização são duas de suas dimensões.

A industrialização e os avanços científicos e tecnológicos ocorridos após a Segunda Guerra Mundial transformaram a sociedade ocidental moderna em uma sociedade de consumo. A sociedade moderna se caracteriza por ser um grupo social em estágio avançado de desenvolvimento industrial, com grande circulação e consumo de bens e serviços oferecidos graças a uma produção intensiva, pois o homem contemporâneo tem a necessidade ilimitada de adquirir e usar inúmeros bens e serviços.<sup>2</sup>

Na sociedade de consumo, os produtos não são fabricados em função do seu respectivo valor de uso ou utilidade, mas em função de seu perecimento calculado, da sua morte,<sup>3</sup> ou seja, os bens e serviços inseridos no mercado de consumo têm vida curta e sua morte é programada. É a chamada “obsolescência programa”, estratégia utilizada por empresas para diminuir o ciclo de vida dos produtos, objetivando a sua substituição por novos bens e serviços, fazendo, com isso, aumentar os lucros por meio das vendas constantes e intensas de seus produtos.

“Os mercados de consumo se concentram na desvalorização imediata de suas antigas ofertas, a fim de limpar a área da demanda pública para que novas ofertas a preencham”<sup>4</sup> por meio da inserção no mercado de novos bens e serviços, produzindo, destarte, carências e desejos nas pessoas, pois os indivíduos passam a ser julgados por aquilo que consomem, vestem ou calçam; pelos locais que frequentam; e pelos bens materiais que possuem e mostram aos outros membros da sociedade.

Nesse contexto, os indivíduos são incentivados pelos diversos veículos de publicidade a consumirem desenfreadamente, a adquirirem produtos não essenciais e desnecessários e, nesse caso, a “[...] publicidade realiza o prodígio de um orçamento considerável gasto com o único fim, não de acrescentar, mas de *tirar o valor* de uso dos objectos, de diminuir o seu valor/tempo, sujeitando-se ao valor/moda e à renovação acelerada”,<sup>5</sup> já que incute na mente das pessoas que os seus produtos se tornaram defasados, induzindo-as, assim, a adquirirem novos produtos.

A sobrevivência da sociedade de consumo depende da criação de desejos e carências por novas mercadorias. É preciso, pois, embutir na consciência dos homens a necessidade de adquirir novos bens e serviços, a fim de que o produto, ao ser inserido no mercado, seja ao máximo consumido e, em seguida, substituído por outra mercadoria. Segundo Fátima Portilho:

A Sociedade de Consumo não tem sido eficiente em prover, mesmo para os incluídos, uma vida boa e digna. A felicidade e a quantidade de vida têm sido cada vez mais associadas, reduzidas e dependentes da quantidade de consumo, provocando um ciclo de supertrabalho para manter um superconsumo ostentatório, que reduz o tempo dedicado ao lazer e às demais atividades e relações sociais. [...] o cidadão é reduzido à esfera do consumo, sendo cobrado por uma espécie de “obrigação moral e cívica de consumir”.<sup>6</sup>

O processo de desenvolvimento econômico e o avanço industrial, em especial após a segunda metade do século XX, intensificaram os impactos negativos da interferência do ser humano no meio ambiente, uma vez que é a natureza quem fornece a matéria-prima dos produtos inseridos no mercado de consumo. Aliás, Anthony Giddens ressalta que “[...] o capitalismo e o

1 GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991. p. 11.

2 FAJARDO, Elias. *Consumo consciente, comércio justo: conhecimento e cidadania como fatores econômicos*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2010. p. 14.

3 BOUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 44.

4 BAUMAN, Zygmunt. *Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. p. 128.

5 BOUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2011. p. 45.

6 PORTILHO, Fátima. *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 21-22.

industrialismo criaram um mundo num sentido mais negativo e ameaçador, um mundo no qual há mudanças ecológicas reais ou potenciais de um tipo daninho que afeta a todos no planeta”.<sup>7</sup>

Zygmunt Bauman afirma que “[...] o consumo é uma condição, e um aspecto, permanente e irremovível, sem limites temporais ou históricos; um elemento inseparável da sobrevivência biológica que nós humanos compartilhamos com todos os outros organismos vivos”,<sup>8</sup> ou seja, o consumo é uma necessidade vital do ser humano, consumimos para viver.

Por outro lado, o consumismo, conceituado, como a “[...] expansão de um conjunto de valores hedonistas que estimula o indivíduo, ou a sociedade, a buscar satisfação e felicidade através da aquisição e exibição pública de uma grande quantidade de bens e serviços”,<sup>9</sup> é um dos principais problemas da sociedade moderna porque os atuais padrões de consumo e de estilos de vida estão nas bases da crise ambiental da atualidade.

Atualmente, os indivíduos passam a consumir com os olhos e as emoções voltados apenas para eles mesmos, em um ato extremamente individualista e egoísta, sem se preocupar com as consequências socioambientais de suas decisões de consumo. Vive-se uma cultura de consumismo.

Segundo Fritjof Capra, “[...] a busca de um crescimento econômico contínuo e indiferenciado é claramente insustentável, pois a expansão ilimitada num planeta finito só pode levar à catástrofe”.<sup>10</sup> Enfim, as nossas atividades econômicas, estilos de vida e hábitos de consumo estão destruindo a biodiversidade e o planeta a um ponto quase irreversível, razão pela qual se deve reduzir ao máximo o impacto das atividades humanas na natureza.

A relação do homem com a natureza é denominada por Marx de metabolismo. Tal interação se dá por meio do trabalho e o trabalho real, por sua vez, é a apropriação da natureza para a satisfação das necessidades humanas, a atividade pela qual o metabolismo entre o

homem e a natureza é mediado.<sup>11</sup> O ser humano passou da submissão à natureza para a dominação da natureza, provocando uma falha metabólica na interação entre o homem e a natureza porque a apropriação da natureza pelo homem é superior à capacidade de resiliência, de regeneração, da natureza, exigindo-se, dessa forma, nos dias atuais, uma relação harmônica entre o ser humano e o meio ambiente.

Aliás, Karl Marx já demonstrava no século XIX preocupação com a mudança de postura do homem com a natureza, quando no volume 1 do *Capital* desenvolveu uma crítica da exploração capitalista do solo, ao ressaltar que a agricultura capitalista de larga escala perturbava a relação metabólica entre o homem e a terra, afetando demasiadamente a fertilidade do solo e, conseqüentemente, o ser humano.<sup>12</sup>

Nas sociedades primitivas, o homem estava perfeitamente integrado à natureza e à vida da Terra. Entretanto, a partir do século XVII, operou-se uma disjunção entre o ser humano e a natureza, apoiada no pensamento de que o homem é o único ser do planeta a possuir alma da qual os animais e plantas seriam desprovidos, motivo pelo qual o homem se tornou dominador e mestre da natureza. A partir daí, o desenvolvimento econômico-industrial, tecnológico e científico passou a dominar a natureza na qual tudo o que é vivo e não humano pode ser escravizado, manipulado e destruído.<sup>13</sup>

O desenvolvimento industrial, tecnológico e científico ensinou, a partir da segunda metade do século XX, a transformação da sociedade industrial clássica, apoiada na contraposição entre natureza e ser humano, em uma sociedade de risco porque as atividades humanas produzem riscos à vida de plantas, animais e seres humanos, que já não são mais limitados social e geograficamente. Tais riscos são globalizantes, fazendo surgirem ameaças globais e independente de classes.<sup>14</sup>

Edgar Morin salienta que a crise ecológica é produto de um processo de três faces, quais sejam: a globalização, a ocidentalização e o desenvolvimento, que degrada a biosfera de forma irreversível, no âmbito local e global,

7 GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991. p. 71.

8 BAUMAN, Zygmunt. *Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria...* Op. Cit. p. 37.

9 PORTILHO, Fátima. *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010. p. 25.

10 CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2005. p. 157.

11 FOSTER, John Bellamy. *A ecologia em Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 222.

12 FOSTER, John Bellamy. *A ecologia em Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 219.

13 MORIN, Edgar. *A via para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 98.

14 BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: 34, 2010. p. 16.



colocando em risco a existência da humanidade e da vida no planeta, haja vista a multiplicação dos danos ambientais, com poluições do solo, do ar, dos rios, oceanos, lagos, lençóis freáticos, desflorestamento em grandes proporções, acidentes nucleares e o aquecimento global.<sup>15</sup>

Os riscos produzidos pela sociedade industrial até a primeira metade do século XX eram concretos e sensorialmente perceptíveis, enquanto que os riscos da sociedade pós-moderna da atualidade são globais, incertos e imprevisíveis, podendo levar à autodestruição do planeta. Nessa linha, Ulrich Beck reconhece que os riscos podem ser concretos, isto é, visíveis e previsíveis pelo conhecimento humano, ou abstratos, que têm como característica a invisibilidade e a imprevisibilidade da racionalidade humana.<sup>16</sup>

O problema ambiental da modernidade ensejou na mudança de percepção da relação do homem com a natureza a partir dos anos de 1970, com o surgimento dos movimentos verdes, como o conservacionista, o preservacionista, o antropocentrismo alargado, a ecologia profunda e o ecossocialismo ou ecomarxismo, que ultrapassaram a concepção até então dominante do antropocentrismo utilitarista, ajudando a discutir mundialmente o problema do crescimento econômico ilimitado inerente ao capitalismo, cujo ponto máximo ou divisor de águas foi a Conferência de Estocolmo de 1972 sobre o meio ambiente.

“As vias para se responder à ameaça ecológica não são apenas técnicas; elas necessitam, prioritariamente, de uma reforma do nosso modo de pensar para englobar a relação entre humanidade e a natureza em sua complexidade”.<sup>17</sup> Por isso, deve-se reconhecer que “[...] somos filhos da Terra, filhos da Vida, filhos do Cosmo” e que o “pequeno planeta perdido denominado Terra é o nosso lar — *home, Heimat*; que ele é nossa mãe, nossa Terra-Pátria”, enfim “devemos nos sentir solidários com este planeta, cuja vida condiciona a nossa”.<sup>18</sup> A propósito, Stephan Harding aduz:

Precisamos sentir que cada passo nosso é dado não sobre a Terra, mas *nela*; que caminhamos, falamos e

vivemos toda a nossa vida dentro de um grande ser planetário que está continuamente nos alimentando fisicamente com seu prodigioso manto de verde e sua exuberante atmosfera em torvelinho, um ser que acalma nossa psique com sua linguagem sutil de vento e chuva, com a investida de pássaros selvagens e com a majestade de suas montanhas. [...] Precisamos desenvolver uma consciência de que Gaia realmente está viva, não em algum sentido metafórico, mas de fato, efetivamente, palpavelmente, possibilitando que você reconheça na alegria do sol nos grandes desfolhados das árvores de inverno não apenas a sua própria alegria, a alegria do cosmos inteiro festejando, com puro assombro, que tamanha beleza pudesse ter se desdobrado dele, como folha nova britando na primavera para a plenitude do ser. Deixe Gaia levá-lo – se permita ser de novo, mas uma vez, *ganho por Gaia*.<sup>19</sup>

Nessa mesma linha, Fritjof Capra aduz a necessidade de mudanças de paradigmas e de percepção, isto é, da forma de pensar e dos nossos valores, a fim de se reconhecer uma visão holística do mundo, no sentido de que seres humanos e a natureza estão interligados e são interdependentes.<sup>20</sup> A interdependência e a interconexão entre seres humanos e natureza são flagrantes, porque não há possibilidade de se separar o homem da natureza, pelo simples fato de que é a natureza que fornece a vida aos seres humanos.

Os atuais ritmos de desenvolvimento econômico, produção e consumo estão esgotando as reservas naturais e colocando em xeque a existência da vida no planeta, de modo que urge uma solução para a contradição existente entre crescimento econômico e preservação da natureza, uma vez que o capitalismo busca sempre o crescimento ilimitado e despreza os limites da natureza, sacrificando o chamado capital natural.

Sendo assim, é mister a compatibilização do desenvolvimento com a proteção da natureza, mediante a promoção do desenvolvimento sustentável, como instrumento de garantia não somente da vida biológica, mas da vida com dignidade e qualidade para as presentes e futuras gerações.<sup>21</sup>

#### Segundo Enrique Leff:

Na percepção desta crise ecológica foi sendo configurado um conceito de ambiente com uma nova

15 MORIN, Edgar. *A via para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 101.

16 BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: 34, 2010. p. 27.

17 MORIN, Edgar. *A via para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 104.

18 MORIN, Edgar. *A via para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 104.

19 HARDING, Stephan. *Terra viva: ciência, intuição e a evolução de Gaia: para uma nova compreensão da vida em nosso planeta*. São Paulo: Culturix, 2008. p. 280-281.

20 CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 2006. p. 25-26.

21 DALY, Herman E. Economics in a full world. *Scientific American*, EUA, v. 293, n. 3, set. 2005. p. 100.

visão do desenvolvimento humano, que reintegra os valores e potenciais da natureza, as externalidades sociais, os saberes subjugados e a complexidade do mundo negados pela racionalidade mecanicista, simplificadora, unidimensional e fragmentadora que conduziu o processo de modernização.<sup>22</sup>

O sentido de desenvolvimento vai além do conceito puramente econômico, visto que pressupõe uma aproximação centrada nos direitos humanos, e que onde se deve ter sempre em mente a paz, a economia, o meio ambiente, a justiça e a democracia.<sup>23</sup>

Assim, a concepção de desenvolvimento deve estar intimamente jungida à concretização da dignidade da pessoa humana e à defesa do meio ambiente, de forma que o desenvolvimento deve ser perseguido sem provocar danos ao meio ambiente ou, ao menos, com o mínimo de impactos negativos na natureza, promovendo, assim, o desenvolvimento sustentável.

A expressão “desenvolvimento sustentável” foi publicamente utilizada pela primeira vez em 1979 no Simpósio das Nações Unidas sobre as Inter-relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento. Contudo, é o Relatório *Brundtland*, denominado Nosso Futuro Comum, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, de 1987, que faz uma das definições mais conhecidas sobre desenvolvimento sustentável. Diz o Relatório *Brundtland* que desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades, oferecendo uma perspectiva diferenciada da questão ambiental e do desenvolvimento.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, em junho de 1992, valorizou o direito ao desenvolvimento em harmonia com a proteção do meio ambiente. De fato, o princípio 4 da referida Declaração estabelece que “[...] a proteção ambiental constituirá parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente deste” e, em seu princípio 25, ressalta que o desenvolvimento e a proteção ambiental são interdependentes e indivisíveis. Sendo assim, não se pode falar em desenvolvimento que

não seja sustentável porque “[...] a proteção do meio ambiente passou a ser nos documentos internacionais limite interno que molda e qualifica o direito ao desenvolvimento”.<sup>24</sup>

Verifica-se, assim, que o desenvolvimento sustentável procura conciliar o progresso econômico com o meio ambiente, de modo que as atividades humanas, em especial as de produção e consumo, sejam executadas dentro da capacidade de resiliência da natureza, objetivando garantir a perenidade dos recursos naturais e evitar que a fruição do necessário à satisfação das necessidades da presente geração impeça as futuras gerações de terem as suas próprias necessidades satisfeitas em decorrência da degradação ambiental.

Ignacy Sachs leciona que o desenvolvimento sustentável se sustenta sobre três pilares ou dimensões, quais sejam: social, econômico e ambiental, *verbis*:

[...] trabalho atualmente com a ideia do desenvolvimento socialmente incluyente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado. Ou seja, um tripé formado por três dimensões básicas da sociedade. Aprofundemos um pouco esses conceitos. Por que socialmente incluyente? Porque os objetivos do desenvolvimento são sempre éticos e sociais. É disso que se trata. Como promover o progresso social? Com base num postulado ético de solidariedade com a nossa geração, uma solidariedade sincrônica com a nossa geração. E temos que fazê-lo respeitando as condicionalidades ecológicas, as condicionalidades ambientais, a partir de um outro conceito ético: o conceito ético da solidariedade diacrônica com as gerações futuras. Por outro lado, para que as coisas aconteçam, é preciso que sejam economicamente viáveis. A viabilidade econômica é uma condição necessária, porém certamente não suficiente para o desenvolvimento. O econômico não é um objetivo em si, é apenas o instrumental com o qual avançar a caminho do desenvolvimento incluyente e sustentável.<sup>25</sup>

A sustentabilidade econômica impõe eficiência social na alocação e gestão de recursos públicos; a sustentabilidade social exige um processo de desenvolvimento que promova a justiça redistributiva e a maximização da eficácia dos direitos humanos sociais e, por fim, a sustentabilidade ambiental pugna pela implementação de uma justiça ambiental intergeracional, preocupando-se

22 LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlic Orth. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 17.

23 RISTER, Carla Abrantkski. *Direito ao desenvolvimento: antecedentes, significados e consequências*. São Paulo: Renovar, 2007. p. 56.

24 AMARAL JÚNIOR, Alberto do. *Comércio internacional e proteção do meio ambiente*. São Paulo: Atlas, 2011. p. 65-66.

25 SACHS, Ignacy. Primeiras Intervenções. In: NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANA, João Nildo. *Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 22-23.

com os impactos negativos das atividades humanas no meio ambiente, de modo que o desenvolvimento deve permitir às gerações futuras o acesso a um meio ambiente sadio e necessário à qualidade de vida.

A Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável (RIO +20), realizada na cidade do Rio de Janeiro, em junho de 2012, reconheceu que é imprescindível a integração e a realização dos pilares econômico, social e ambiental para a concretização do desenvolvimento sustentável. Com efeito, o item 3 do documento final denominado “O Futuro que Queremos”, aprovado pela Resolução nº 66/288 da Assembleia Geral da Nações Unidas, afirma que “[...] es necesario incorporar aún más el desarrollo sostenible en todos los niveles, integrando sus aspectos económicos, sociales y ambientales y reconociendo los vínculos que existen entre ellos, con el fin de lograr el desarrollo sostenible en todas sus dimensiones”.

Com base nessas premissas, pode-se concluir que o desenvolvimento sustentável é um processo contínuo e automático de transformação concomitantemente social, político e econômico que promove, além do avanço econômico, a realização da dignidade da pessoa humana, mediante o aumento da qualidade de vida das pessoas e do bem-estar da população, e protege o meio ambiente para as presentes e futuras gerações.

Por fim, o desenvolvimento sustentável se caracteriza como legítimo direito humano, motivo pelo qual obriga ética e juridicamente o Estado e os particulares a promoverem a sustentabilidade econômica, social e ambiental.<sup>26</sup>

### 3. CONSUMO CONSCIENTE

A concretização dos pilares econômico, social e ambiental do desenvolvimento sustentável exige, dentre outras ações, a adoção de práticas de consumo consciente porque, dentre outros benefícios, forçará fornecedores e produtores de bens e serviços a incluírem em seus processos produtivos boas práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica.

O consumo afeta o meio ambiente porque é a natureza quem fornece as matérias-primas para a produ-

ção de bens e serviços e pode ainda impactar negativamente os direitos humanos, pois muitos fornecedores se utilizam do trabalho escravo ou infantil, ou violam os direitos trabalhistas com a intenção de maximizar a produção e reduzir despesas com pessoal e, consequentemente, aumentar os seus lucros.

O capítulo 4 da Agenda 21, assinada durante a ECO/92, no Rio de Janeiro, revela que “[...] as principais causas da deterioração ininterrupta do meio ambiente mundial são os padrões insustentáveis de consumo e produção, especialmente nos países industrializados”. E mais, “[...] motivo de séria preocupação, tais padrões de consumo e produção provocam o agravamento da pobreza e dos desequilíbrios”.

Contudo, o ato de consumir tanto pode contribuir para a destruição do meio ambiente e o desrespeito aos direitos humanos, como pode estimular a produção de bens e serviços com menor impacto negativo ao meio ambiente e com observância das leis trabalhistas e o respeito aos direitos humanos.<sup>27</sup> Se os riscos socioambientais decorrentes das formas atuais de produção e consumo são incertos e imprevisíveis, é mister que as pessoas adotem urgentemente práticas de consumo consciente, pois, conforme aduz Antônio Carlos Efig, “[...] a própria preservação do planeta depende desta nova conduta”.<sup>28</sup>

Elias Fajardo ressalta que existem três variações de consumo: o consumo alienado, em que o consumidor não se preocupa com a qualidade e a procedência dos produtos, mas apenas com a quantidade consumida; o consumo crítico, em que a pessoa procura qualidade, evita os excessos e considera o direito de escolha fundamental; e, finalmente, o consumo consciente em que o consumidor antes de comprar indaga de onde vem o produto, quem o produziu e em que condições e se foram respeitados o meio ambiente e os direitos dos trabalhadores e, a partir das respostas, norteia a sua decisão de consumo.<sup>29</sup>

O consumidor, ao tomar consciência de que a sua escolha no ato de comprar pode maximizar os impactos so-

26 FREITAS, Juarez. *Sustentabilidade: direito ao futuro*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 51.

27 FAJARDO, Elias. *Consumo consciente, comércio justo: conhecimento e cidadania como fatores econômicos*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2010. p. 22.

28 EFING, Antônio Carlos. *Fundamentos do direito das relações de consumo*. Curitiba: Juruá, 2011. p. 126.

29 FAJARDO, Elias. *Consumo consciente, comércio justo: conhecimento e cidadania como fatores econômicos*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2010. p. 21.

cioambientais positivos e minimizar os negativos, poderá contribuir decisivamente com seu poder de consumo para construir um mundo melhor. O consumidor consciente não é individualista, não pensa apenas em sua satisfação econômica pessoal; ele também se preocupa com os impactos socioambientais que a produção, a distribuição e consumo de bens e serviços provocam na sociedade e, por isso, escolhe produtos cuja produção obedece a critérios sociais e ambientais. Isso é consumo consciente.

Os consumidores conscientes do impacto do seu consumo no meio ambiente e na sociedade só irão escolher fornecedores que possuam programas de responsabilidade socioambiental, obrigando as demais a adotarem comportamentos socioambientais corretos para sobreviverem no mercado.

O processo de tomada de consciência dos consumidores quanto aos impactos socioambientais do consumo pressiona as empresas culturalmente atentas a adotarem práticas de sustentabilidade social e ambiental, uma vez que menosprezar essa tendência de conscientização de seus clientes pode ser um erro irreparável ou muito custoso para a empresa.<sup>30</sup>

Nesse contexto, o consumo consciente é um dos meios de se promover o desenvolvimento sustentável, em especial a sustentabilidade ambiental. Aliás, Antônio Carlos Efiging é claro ao estabelecer, *in verbis*:

O conceito de desenvolvimento sustentável depende do conceito de consumo consciente. Este reflete a necessidade de os consumidores (de produtos e serviços) passarem a ser agentes de “controle crítico” do desenvolvimento sustentável, e isto só pode ser possível desapegando-se dos conceitos individualistas a respeito do que se consome, do que se utiliza, porque isto tem influência direta em todos os cidadãos e no próprio meio ambiente.<sup>31</sup>

A concretização dos pilares econômico, social e ambiental do desenvolvimento sustentável exige, dentre outras ações, a adoção de práticas de consumo consciente porque, dentre outros benefícios, forçará fornecedores e produtores de bens e serviços a incluírem em seus processos produtivos boas práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica.

Ocorre que, o consumo consciente, para que promova a dimensão ambiental do desenvolvimento sus-

tentável, exige mudança de comportamento dos consumidores alienados e críticos e, para tanto, fazem-se necessárias a informação e a educação, para que os consumidores tenham ciência dos impactos negativos e positivos que a sua decisão de consumo pode provocar na sociedade e no meio ambiente e dessa maneira nortear corretamente as suas escolhas.

O consumo faz parte do estilo de vida das pessoas, do relacionamento entre elas e promove a integração dos indivíduos nos grupos sociais, o que dificulta a mudança nos padrões de consumo, fazendo-se necessária, portanto, a execução de programas e de ações de educação voltadas ao desenvolvimento sustentável e ao consumo consciente. Com efeito, a adoção em larga escala e duradoura de práticas de consumo consciente depende da conscientização e da mudança de postura do consumidor, que somente ocorrerá se houver um processo educacional nesse sentido que seja bem planejado e de execução continuada.

A educação para o consumo consciente proporcionará a disseminação de uma nova mentalidade e conscientização da utilização racional dos recursos naturais e de proteção dos direitos humanos, a partir da qual os consumidores adotarão uma postura responsável, ética e solidária em seus atos de consumo. De fato, a preservação do meio ambiente e o respeito aos direitos humanos dependem de uma consciência socioambiental das pessoas, e a formação dessa consciência depende da educação.

O Capítulo 36 da Agenda 21 enfatiza que a educação é fundamental para promover o desenvolvimento sustentável, o consumo consciente e para melhorar a capacidade das pessoas em entender os problemas do meio ambiente e do desenvolvimento. Nesse diapasão, a Organização das Nações Unidas instituiu, em dezembro de 2002, por meio da Resolução nº 57/254, a Década Internacional da Educação para o Desenvolvimento Sustentável para o período de 2005-2014, cujo objetivo principal é integrar os princípios, os valores e as práticas inerentes ao desenvolvimento sustentável, em todos os aspectos da educação e da aprendizagem, com o intuito de fomentar mudanças de comportamento que permitam criar uma sociedade sustentável e mais justa para todos.

É por meio da educação que se incentivarão mudanças de comportamento, inclusive de consumo, que virão a gerar um futuro mais sustentável em termos de inte-

30 SOUZA, Marcos Gouvêa de. *Metaconsumidor: a sustentabilidade na visão do consumidor*. São Paulo: GS&MD, 2010. p. 38-39.

31 EFING, Antônio Carlos. *Fundamentos do direito das relações de consumo*. Curitiba: Juruá, 2011. p. 125.



gridade ambiental, da viabilidade econômica e de uma sociedade justa para as gerações presentes e futuras porque a educação constitui instrumento de emancipação e progresso do ser humano. É um processo de formação exercido pelos mais velhos sobre os mais jovens, preparando o ser humano para viver em sociedade.

Émile Durkheim ensina que a educação é a ação exercida pelas gerações adultas sobre aquelas que ainda não estão maduras para a vida social e tem como objetivo suscitar e desenvolver na criança certo número de estados físicos, intelectuais e morais exigidos tanto pelo conjunto da sociedade política, quanto pelo meio específico ao qual ela está destinada em particular.<sup>32</sup>

A educação formal básica tem por finalidade, nesse contexto, proporcionar o pleno e integral desenvolvimento da pessoa humana, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade e o seu preparo para o exercício da cidadania – que só se realizará num sistema educacional democrático, em que a organização da educação formal incute nos alunos valores sociais, democráticos e ambientais. Enfim, é por meio da educação que se formam indivíduos impregnados de valores sociais, ambientais e éticos que devem permear a vida em sociedade.

Contudo, para que a educação contribua efetivamente para a adoção de condutas socioambientais sustentáveis, como o consumo consciente, é mister que as propostas pedagógicas das unidades de ensino básico, públicas e privadas, contemplem diretrizes de educação voltadas ao desenvolvimento sustentável e ao consumo consciente. A elaboração de propostas pedagógicas de estabelecimentos de ensino que promovam o consumo consciente é de fundamental importância para a transformação comportamental da sociedade brasileira rumo ao desenvolvimento sustentável e à proteção da natureza, pois a fase escolar é marcada por intensos processos de desenvolvimento psíquico e de grande capacidade cognitiva do aluno.

A concretização da dimensão ecológica do desenvolvimento sustentável e, por consequência, a proteção do meio ambiente, dependem, portanto, de uma atuação positiva do Estado consistente, dentre outras atividades, na tarefa de inserir nas propostas pedagógicas de seus estabelecimentos de ensino básico diretrizes de educação voltadas ao consumo consciente.

No tocante à rede privada de ensino, cumpre destacar que as unidades particulares de ensino somente poderão iniciar suas atividades didático-pedagógicas após autorização para o seu funcionamento pelo poder público, nos termos do art. 7º, inciso II, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.304/96). Assim, caberá ao Estado, por ocasião da autorização e do credenciamento das instituições de ensino infantil, fundamental e médio, avaliar se as propostas pedagógicas das respectivas unidades contemplam diretrizes de educação voltadas ao consumo consciente, vez que elas também devem contemplar nas suas propostas pedagógicas diretrizes de educação voltadas ao consumo consciente.

#### 4. SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

A proteção internacional dos direitos humanos está estruturada em dois tipos de sistemas de proteção, quais sejam: o global e os regionais. O sistema global foi institucionalizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), após a Segunda Guerra Mundial, cujos principais instrumentos normativos são a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Os sistemas regionais de proteção dos direitos humanos foram estruturados por organizações continentais, em especial a Organização dos Estados Americanos, o Conselho da Europa e a União Africana, ao longo da segunda metade do século XX. Os três principais sistemas regionais de proteção dos direitos humanos são o interamericano, o europeu e o africano, apesar de haver, ainda que de forma incipiente, a formação de um sistema árabe-islâmico de proteção dos direitos humanos, todos com o propósito de promover a proteção e valorização dos direitos humanos.

O sistema interamericano de direitos humanos é regido por dois subsistemas: o sistema vinculado à Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA) e à Declaração Americana dos Direitos e Deveres dos Homens, e o sistema vinculado à Convenção Americana sobre Direitos Humanos e ao Protocolo Adicional à Convenção Americana em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.<sup>33</sup>

32 DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 53-54.

33 O presente trabalho irá se ocupar exclusivamente com o sistema vinculado à Convenção Americana sobre Direitos Humanos e ao Protocolo de San Salvador.

O sistema interamericano começou a ser formado em abril de 1948 com a aprovação da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, em Bogotá, Colômbia, pela Organização dos Estados Americanos (OEA), o que propiciou a criação, em 1959, de um órgão de proteção e de promoção dos direitos humanos nas Américas, qual seja, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

Em 1969, a Organização dos Estados Americanos (OEA) aprovou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, que somente entrou em vigor em 18 de julho de 1978. Atualmente, apenas 23 países se sujeitam à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a saber: Argentina, Barbados, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Dominica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Grenada, Guatemala, Haiti, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Suriname e Uruguai.<sup>34</sup>

Com a entrada em vigor da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, criou-se o segundo órgão de proteção dos direitos humanos nas Américas, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, com sede na capital da Costa Rica. A primeira reunião ocorreu no dia 29 de junho de 1979 na sede da Organização dos Estados Americanos (OEA), localizada na cidade de Washington.

#### **4.1 Convenção americana sobre direitos humanos e o protocolo de San Salvador**

O principal instrumento do sistema interamericano de direitos humanos é a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de San José da Costa Rica, em que os Estados-partes se comprometem a respeitar os direitos e liberdades nela reconhecidos e a garantir seu livre e pleno exercício a toda pessoa que esteja sujeita à sua jurisdição, sem discriminação alguma, por motivo de raça, cor, sexo, idioma, religião, opiniões políticas ou de qualquer outra natureza, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social.

Segundo o preâmbulo do mencionado instrumento normativo, a proteção internacional dos direitos humanos nas Américas é coadjuvante ou complementar da

que oferece o direito interno dos Estados americanos, de modo que cabe ao Estado, primeiramente, promover e proteger, em seu âmbito interno, os direitos humanos e, caso o Estado não se desincumba plenamente desse ônus, caberá aos órgãos do sistema interamericano de direitos humanos garantir o respeito aos direitos consagrados na Convenção Americana.

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos consagrou os chamados direitos civis e políticos, reservando apenas um único artigo aos direitos sociais, econômicos e culturais, ao ressaltar, em seu art. 26, que os Estados-partes se comprometem a adotar as providências, tanto no âmbito interno, como mediante cooperação internacional, especialmente econômica e técnica, a fim de conseguir progressivamente a plena efetividade dos direitos que decorrem das normas econômicas, sociais e sobre educação, ciência e cultura, constantes da Carta da Organização dos Estados Americanos, reformada pelo Protocolo de Buenos Aires, na medida dos recursos disponíveis, por via legislativa ou por outros meios apropriados, ou seja, o Pacto de San José da Costa Rica não reconhece de forma específica qualquer direito social, econômico ou cultural.

Em 1988, elaborou-se o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, denominada de “Protocolo de San Salvador”, sendo que o Brasil somente aderiu ao referido protocolo em 1996.

O Protocolo de San Salvador traz amplo rol de direitos sociais, econômicos e culturais, compreendendo o direito ao trabalho, os direitos sindicais, o direito à previdência social, o direito à saúde, o direito ao meio ambiente sadio, o direito à alimentação, o direito à educação, o direito aos benefícios da cultura, o direito à constituição e proteção da família, o direito das crianças, o direito dos idosos e o direito dos portadores de necessidades especiais.

Logo em seu art. 1º, o Protocolo de San Salvador estabelece o princípio da progressividade dos direitos sociais ao aduzir que os Estados-partes, no referido protocolo, comprometem-se a adotar as medidas necessárias, tanto de ordem interna como por meio da cooperação entre os Estados, especialmente econômica e técnica, até o máximo dos recursos disponíveis e levando em conta seu grau de desenvolvimento, a fim de conseguir, progressivamente e de acordo com a legislação interna, a plena efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais nele reconhecidos.

34 Trinidad & Tobago denunciou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos em 26.5.1998 e a Venezuela denunciou a referida Convenção Americana em 1.9.2012.

No âmbito do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, constatada a violação dos direitos econômicos, sociais e culturais, consagrados no Protocolo de San Salvador por Estado- parte do Protocolo, pode a Comissão Interamericana de Direitos Humanos elaborar relatório sobre a situação dos chamados direitos sociais e econômicos, com posterior encaminhamento à Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), para decisão política.<sup>35</sup>

As violações dos direitos sociais, econômicos e culturais reconhecidos no Protocolo de San Salvador não se submetem ao sistema de petições individuais regulado pelos artigos 44 a 51 e 61 a 69 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e, por consequência, à jurisdição contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos, salvo os direitos relativos à liberdade sindical, à livre associação sindical e ao direito à educação, conforme art. 19.6 do Protocolo de San Salvador.

#### 4.2 Comissão interamericana de direitos humanos

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é um órgão autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA), criada em 1959, por meio da Resolução VIII da V Reunião de Ministros das Relações Exteriores, ocorrida em Santiago, Chile, composto por sete membros independentes, que devem ser pessoas de alta autoridade moral e de reconhecido saber em matéria de direitos humanos, eleitos pela Assembleia Geral, para um mandato de quatro anos, com início em 1º de janeiro do ano seguinte ao da eleição. Ademais, os membros da Comissão Interamericana de Direitos Humanos atuam de forma pessoal e não representam nenhum país em particular.<sup>36</sup>

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos representa todos os Estados da Organização dos Estados Americanos (OEA) e tem como principal função promover a observância e a defesa dos direitos humanos, especialmente as atribuições de estimular a consciência dos direitos humanos nos povos da América. Dentre as atribuições da Comissão se destaca a função *quase judicial* de analisar as denúncias ou queixas de violações de direitos humanos consagrados no Pacto de

San José da Costa Rica por um Estado-parte da Convenção Americana. Com efeito, o art. 44 da referida Convenção permite a comunicação de violações de direitos humanos à Comissão, por meio de petições, por qualquer Estado-parte da Convenção Americana, por qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA).

#### 4.3 Corte interamericana de direitos humanos

Com a entrada em vigor da Convenção Americana sobre Direitos Humanos em 1978, criou-se o segundo órgão de proteção dos direitos humanos nas Américas, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, com sede na capital da Costa Rica.

Enquanto a Comissão Interamericana de Direitos Humanos atua como órgão vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA) e à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos é um órgão jurisdicional autônomo apenas da Convenção Americana e não da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A Corte Interamericana de Direitos Humanos é composta de sete juízes, nacionais dos Estados-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), eleitos a título pessoal dentre juristas da mais alta autoridade moral, de reconhecida competência em matéria de direitos humanos, que reúnam as condições requeridas para o exercício das mais elevadas funções judiciais, de acordo com a lei do Estado do qual sejam nacionais, ou do Estado que os propuser como candidatos. Ademais, não deve haver dois juízes da mesma nacionalidade na composição da referida Corte.<sup>37</sup>

A Corte Interamericana de Direitos Humanos tem competência consultiva, relativa à interpretação e à aplicação das disposições da Convenção Americana sobre Direitos Humanos ou de outros tratados concernentes à proteção dos direitos humanos nos Estados americanos, e competência jurisdicional, de caráter contencioso, para julgamentos de casos de violações de direitos humanos consagrados na Convenção Americana e de violações dos direitos à liberdade sindical, à livre associação sindical e à educação assegurados no Protocolo de San Salvador.

35 RAMOS, André de Carvalho. *Processo Internacional de Direitos Humanos*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 302.

36 Arts. 34 e 37 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

37 Art. 52 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

A competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos se submete à chamada cláusula facultativa, pois tal competência da Corte somente engloba aqueles Estados- partes da Convenção Americana que reconheceram expressamente a sua jurisdição contenciosa, nos termos do art. 62 do Pacto de San José da Costa Rica.<sup>38</sup>

No que toca à competência consultiva da Corte Interamericana de Direitos Humanos, não há a necessidade de prévio reconhecimento de tal competência porque os Estados-membros da Organização dos Estados Americanos (OEA), ainda que não sejam partes da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, poderão consultar a Corte Interamericana sobre a interpretação o Pacto de San José da Costa Rica ou de outros tratados relativos à proteção dos direitos humanos nos Estados americanos.<sup>39</sup>

Flávia Piovesan é clara ao aduzir que “[...] qualquer membro da OEA — parte ou não da Convenção — pode solicitar o parecer da Corte em relação à interpretação da Convenção ou de qualquer outro tratado relativo à proteção dos direitos humanos nos Estados americanos”.<sup>40</sup>

Vale destacar ainda que a Corte Interamericana de Direitos Humanos poderá exercer, a pedido de um Estado-membro da Organização dos Estados Americanos (OEA), o controle de convencionalidade da legislação doméstica do respectivo Estado em face da Convenção Americana sobre Direitos Humanos ou de outros instrumentos normativos internacionais relativos à proteção dos direitos humanos nos Estados americanos, conforme o disposto no art. 64.2 do Pacto de San José da Costa Rica.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos, no exercício da competência contenciosa, proferirá sentenças definitivas e inapeláveis,<sup>41</sup> e, em caso de procedên-

cia, determinará ao Estado condenado que assegure ao prejudicado o gozo do seu direito ou liberdade violados e determinará também, se for o caso, que sejam reparadas as consequências da medida ou situação que haja configurado a violação de direitos humanos, bem como o pagamento de indenização justa à parte lesada, nos termos do art. 63 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Márcia Nina Bernardes leciona que o conceito de reparação em direito internacional é mais amplo do que no direito interno porque além da obrigação de indenização econômica às vítimas e familiares das vítimas, as sentenças condenatórias internacionais incluem as reparações simbólicas, a promoção das responsabilidades internas pela violação e as chamadas “medidas de não repetição”, que podem envolver alterações de políticas públicas, de legislação interna e de jurisprudência pacificada até mesmo da Corte Suprema de um país.<sup>42</sup> Desse modo, a Corte Interamericana de Direitos Humanos pode condenar o Estado demandado a obrigações de pagar, não fazer e fazer, inclusive a implementação de políticas públicas.

No caso *Artavia Murillo Y Otros (“Fecundación In Vitro”)*, a Costa Rica foi demandada perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos porque a Suprema Corte daquele Estado declarou a inconstitucionalidade do Decreto Executivo nº 24029-S, que disciplinava a técnica da fertilização *in vitro* no país, que na prática proibiu a fecundação *in vitro* na Costa Rica, razão pela qual algumas pessoas foram forçadas a interromper o tratamento médico que haviam iniciado e outras se viram obrigadas a viajar para outros países para poder realizá-lo.

Nesse caso, a Corte Interamericana de Direitos Humanos reconheceu a responsabilidade internacional da Costa Rica por violação do direito à vida privada e familiar, do direito à integridade pessoal, do direito à saúde sexual, do direito de usufruir dos benefícios do progresso científico e tecnológico e do princípio da não discriminação, consagrados nos artigos 5.1, 7, 11.2 e 17.2 combinado ainda com o art. 1.1, todos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em desfa-

38 O Brasil somente aderiu à competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 1998, por meio do Decreto Legislativo nº 89, ainda assim com uma cláusula temporal, no sentido de que somente poderão ser submetidos à Corte Interamericana de Direitos Humanos aqueles casos de violações de direitos humanos ocorridos a partir da data do aceite do Brasil à competência contenciosa da Corte.

39 Art. 64 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

40 PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e direito constitucional internacional*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 267.

41 O único recurso cabível contra sentenças de exceções preliminares, mérito ou reparações e custas proferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos é uma espécie de embargos de

declaração (pedido de interpretação), previsto no art. 67 do Pacto de San José da Costa Rica.

42 BERNARDES, Márcia Nina. Sistema interamericano de direitos humanos como esfera pública transnacional: aspectos jurídicos e políticos da implementação de decisões internacionais. *SUR — Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 8, n. 15, dez. 2011. p. 148.



vor de Grettel Artavia Murillo, Miguel Mejías Carballo, Andrea Bianchi Bruna, German Alberto Moreno Valencia, Ana Cristina Castillo León, Enrique Acuña Cartín, Ileana Henchoz Bolaños, Miguel Antonio Yamuni Zeledón, Claudia María Carro Maklouf, Viktor Hugo Sanabria León, Karen Espinoza Vindas, Héctor Jiménez Acuña, Maria del Socorro Calderón P., Joaquinita Arroyo Fonseca, Geovanni Antonio Vega, Carlos E. Vargas Solórzano, Julieta González Ledezma e Oriester Rojas Carranza.

Na sentença, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou a Costa Rica a pagar U\$ 20.000,00 (vinte mil dólares), a título de danos morais, a cada uma das vítimas e a pagar U\$ 5.000,00 (cinco mil dólares), a título de danos materiais, àquelas pessoas que tiveram que viajar para o exterior para ter acesso à técnica da fertilização *in vitro*.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou ainda a Costa Rica às seguintes obrigações de fazer:

- a) adotar, com a maior brevidade possível, as medidas necessárias para tornar sem efeito a proibição da fertilização *in vitro* e para que as pessoas que desejem fazer uso da mencionada técnica de reprodução assistida não encontrem empecilhos ao exercício dos direitos vulnerados no caso; b) regular, com brevidade, os aspectos que considere necessários para a implementação da fertilização *in vitro* no país, devendo estabelecer sistemas de inspeção e controle de qualidade das instituições e profissionais que desenvolvam esse tipo de reprodução assistida; c) incluir em seu sistema público de saúde a técnica da fertilização *in vitro*; d) oferecer tratamento psicológico gratuito, durante 04 (quatro) anos, às vítimas do caso julgado; e e) implementar programas e cursos permanentes de educação e capacitação em direitos humanos, direitos reprodutivos e não discriminação dirigidos a magistrados e servidores públicos de todo o Poder Judiciário costarriquenho.<sup>43</sup>

No caso Guerrilha do Araguaia, a Corte Interamericana de Direitos Humanos condenou a República Federativa do Brasil a promover a responsabilidade criminal dos agentes perpetradores de crimes contra a humanidade, a implementar programas ou cursos permanentes e obrigatórios de capacitação e formação em direitos humanos dirigidos aos membros das Forças Armadas e a tipificar o crime de desaparecimento forçado de pessoas.<sup>44</sup>

Como se vê, a Corte Interamericana de Direitos Humanos tem ampla margem de atuação em sua competência jurisdicional contenciosa porque, repita-se, pode condenar o Estado demandado às obrigações de fazer, não fazer e pagar que se fizerem necessárias para garantir a plena reparação dos danos decorrentes de violações dos direitos relativos à liberdade sindical, à livre associação sindical e à educação reconhecidos no Protocolo de San Salvador e de direitos humanos civis e políticos reconhecidos no Pacto de San José da Costa Rica.

As reparações não são mais limitadas ao pagamento de indenizações, mas, por exemplo, a ordenar aos Estados demandados que adotem leis que lhes permitam o devido cumprimento das obrigações internacionais, que alterem ou revoguem leis internas que sejam incompatíveis com a Convenção Americana sobre Direitos Humanos ou ainda que anulem ou executem uma decisão judicial proferida por um órgão jurisdicional doméstico.<sup>45</sup>

Os Estados-partes da Convenção Americana são obrigados a cumprir as sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos e as sentenças poderão ser executada no Brasil pelo processo interno vigente para a execução de sentenças contra o Estado, conforme art. 68 do Pacto de San José da Costa Rica.

Com efeito, as sentenças proferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos têm, por força do art. 68.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, efeito imediato e força vinculante entre as partes da ação de responsabilidade internacional por violação de direitos humanos, devendo ser cumprida *sponte propria* pelo Estado réu.

## 5. RESPONSABILIDADE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL POR VIOLAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO PARA O CONSUMO CONSCIENTE

Os direitos sociais, econômicos e culturais são reconhecidos por Constituições de diversos Estados, mas também por diversos tratados internacionais de direitos humanos, tais como o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Protocolo de

43 Corte Interamericana de Derechos Humanos, Caso Artavia Murillo y Otros ("Fecundación In Vitro") vs. Costa Rica, Sentença de 28 de novembro de 2012, Série C, N.º 257.

44 Corte Interamericana de Derechos Humanos, Caso Gomes

Lund y Otros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil, Sentença de 24 de novembro de 2010, Série C, N.º 219.

45 PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e justiça internacional*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. p. 156.

San Salvador, que vinculam juridicamente os Estados-partes, gerando deveres a esses Estados.

Os tratados de direitos humanos, ainda que sociais, econômicos e culturais, são normas jurídicas e, como tal, dotados de imperatividade. Não se tratam de meros documentos políticos ou morais, de um simples convite aos Estados a empreender políticas públicas que deem efetividade a tais direitos humanos. Ao analisar o caráter obrigatório e vinculante dos direitos sociais, econômicos e culturais, Flávia Piovesan leciona:

Sob a ótica normativa internacional, está definitivamente superada a concepção de que os direitos sociais, econômicos e culturais não são direitos legais. A ideia de não acionabilidade dos direitos sociais é meramente ideológica e não científica. São eles autênticos direitos e verdadeiros direitos fundamentais, acionáveis, exigíveis e demandam séria e responsável observância.<sup>46</sup>

O artigo 11 do Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de San Salvador) consagra o direito a um meio ambiente sadio, ao dispor que “[...] toda pessoa tem direito a viver em meio ambiente sadio e a contar com os serviços públicos básicos” e que “os Estados-partes promoverão a proteção preservação e melhoramento do meio ambiente”.

As violações dos direitos sociais, econômicos e culturais relacionados no Protocolo de San Salvador não se sujeitam, porém, ao sistema de petições individuais regulado pelos artigos 44 a 51 e 61 a 69 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e, por consequência, não se submetem à jurisdição contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos, salvo os direitos relativos à liberdade sindical, à livre associação sindical e à educação, conforme art. 19.6 do Protocolo de San Salvador.

Contudo, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos podem abordar, com fulcro na indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos, a questão da proteção ao meio ambiente de forma reflexa ou indireta em casos relativos a violações ao direito à vida ou de outros direitos civis, políticos e sociais afirmados na Convenção Americana sobre Direitos Humanos e no Protocolo San Salvador. A propósito, esta é a lição de André de Carvalho Ramos:

46 PIOVESAN, Flávia. *Temas de direitos humanos*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 128.

Tanto o sistema universal quanto o regional (europeu e interamericano, em especial) possuem exemplos de interpretação ampliadora dos direitos civis e políticos, com o intuito de extrair direitos sociais ou ainda deveres de prestação e realização de políticas públicas.

A proteção do direito ao meio ambiente sadio poderá, no âmbito do sistema interamericano de direitos humanos, ocorrer de forma indireta a partir do direito social à educação. Com efeito, o consumo consciente é boa prática que depende de uma atuação positiva do Estado consistente em um *facere*, isto é, da implementação de ações concretas de educação, formal e informal, que incentivem a mudança de comportamento dos consumidores e a promoção do consumo consciente em larga escala, ações estas dentre as quais se destaca a inserção nas propostas pedagógicas das unidades de ensino diretrizes de educação voltadas ao consumo consciente.

Segundo Alexandre Coutinho Pagliarini, “[...] as normas definidoras de Direitos Humanos, sejam elas Constitucionais ou Internacionais, elas são portadoras da marca das *jus cogens* (normas imperativas e de aplicabilidade imediata)”<sup>47</sup> e o art. 13.1 do Protocolo de San Salvador impõe aos Estados-partes do mencionado documento internacional o dever de assegurar a todos o direito à educação.

Por sua vez, o art. 13.2 do aludido Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos assevera que a educação deverá orientar-se para o pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade e ainda deverá fortalecer o respeito pelos direitos humanos, pelo pluralismo ideológico, pelas liberdades fundamentais, pela justiça e pela paz. E mais, que a educação deve capacitar todas as pessoas para participar efetivamente de uma sociedade democrática e pluralista, conseguir uma subsistência digna, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos e promover as atividades em prol da manutenção da paz.

Assimilando os dispositivos do Protocolo de San Salvador acima mencionados, percebe-se que os Estados-partes, inclusive o Brasil, são obrigados a assegurar o direito à educação de modo a fortalecer os direitos

47 PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. Teoria geral e crítica do direito constitucional e internacional dos direitos humanos. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; DIMOULIS, Dimitri (Coord.). *Direito constitucional e internacional dos direitos humanos*. Belo Horizonte: Fórum, 2012. p. 30.

humanos e a democracia e a propiciar o pleno desenvolvimento da pessoa humana, o que demanda necessariamente que essa educação promova a consciência socioambiental dos indivíduos, sob pena de violação do art. 13.2 do Protocolo de San Salvador.

A República Federativa do Brasil está obrigada, no âmbito do sistema interamericano de direitos humanos, a implementar políticas públicas educacionais voltadas ao consumo consciente, nos termos do citado art. 13.2 do Protocolo de San Salvador, o que contribui decisivamente para a concretização do direito humano ao meio ambiente sadio e, por conseguinte, à efetivação da dimensão ecológica do desenvolvimento sustentável.

A educação voltada para o consumo consciente é necessária para a preservação do direito humano ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, de modo que a omissão estatal de tal dever, por certo, não se justifica, e caracteriza nítida violação ao art. 13 do Protocolo de San Salvador, o que enseja a responsabilização do Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Nesse caso, a Corte Interamericana de Direitos Humanos pode condenar a República Federativa do Brasil a reparar as consequências da omissão configuradora de violação do direito humano à educação, mediante a imposição da obrigação de executar políticas públicas educacionais que promovam a conscientização socioambiental da pessoa humana, notadamente aquelas voltadas ao consumo consciente, já que a educação deverá orientar-se para o pleno desenvolvimento da personalidade humana e do sentido de sua dignidade, e deverá fortalecer o respeito pelos direitos humanos, dentre os quais o direito ao meio ambiente sadio, bem como deve capacitar todas as pessoas para participarem efetivamente de uma sociedade democrática e pluralista e conseguir subsistência digna.

Ademais, as sentenças prolatadas pela aludida Corte devem ser, por força do art. 68 da Convenção Americana, espontânea, imediata e integralmente cumpridas pela República Federativa do Brasil. Para cumprir as sentenças proferidas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, o Brasil deve assegurar a implementação, no âmbito doméstico, das determinações exaradas pela Corte porque as obrigações convencionais assumidas pelo país vinculam todos os agentes, órgãos e entidades do Estado.

A obrigação de cumprir as sentenças proferidas pela mencionada Corte Interamericana corresponde a um

princípio básico de direito internacional público, qual seja, o princípio do *pacta sunt servanda*, segundo o qual os Estados devem acatar suas obrigações convencionais internacionais de boa-fé e, como dispõe o artigo 27 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados de 1969, os Estados não podem, por motivos de ordem interna, deixar de cumprir o tratado e as sentenças internacionais.

As sentenças da Corte Interamericana de Direitos Humanos devem ser imediatas e integralmente cumpridas pela República Federativa do Brasil. Se assim não ocorrer, além de nova responsabilização internacional, o inadimplemento poderá ensejar o ajuizamento de ação judicial de execução, perante o Poder Judiciário brasileiro, com o objetivo precípua de garantir o cumprimento total da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo científico foi apresentar, a partir de uma pesquisa doutrinária e legislativa, argumentos favoráveis no sentido de que o direito humano ao meio ambiente sadio pode ser promovido e protegido, no âmbito da Corte Interamericana de Direitos Humanos, indiretamente, isto é, por meio do direito social à educação, notadamente da educação para o consumo consciente.

A concretização do direito humano ao meio ambiente sadio, um dos pilares do desenvolvimento sustentável, depende, em larga medida, de práticas de consumo consciente porque, dentre outros benefícios, forçará fornecedores e produtores de bens e serviços a incluírem em seus processos produtivos boas práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômico.

O consumo consciente exige, contudo, uma mudança de comportamento dos consumidores. Os consumidores conscientes devem nortear as suas decisões de consumo a partir dos impactos negativos e positivos que o seu ato de comprar e usar pode provocar na sociedade e no meio ambiente, mas para isso são necessárias informação e, principalmente, educação, o que depende da atuação positiva do Estado consistente, dentre outras atividades, na tarefa de inserir nas propostas pedagógicas das unidades de ensino diretrizes de educação destinadas a fomentar o consumo consciente.

Por sua vez, verificou-se que o art. 13 do Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos consagra que toda pessoa tem direito à educação, que deverá obrigatoriamente orientar-se no sentido de fortalecer os direitos humanos, inclusive, o direito ao meio ambiente sadio, e favorecer o pleno desenvolvimento da personalidade humana, pelo pluralismo ideológico, pelas liberdades fundamentais, pela justiça e pela paz, o que demanda, necessariamente, que essa educação promova a consciência socioambiental das pessoas, sob pena de violação do art. 13.2 do Protocolo de San Salvador.

A educação voltada para o consumo consciente é necessária para a preservação do meio ambiente e o respeito aos direitos humanos, de modo que a omissão estatal de tal dever, por certo, não se justifica, e caracteriza nítida violação ao art. 13.2 do Protocolo de San Salvador, ensejando a responsabilização do Brasil perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

De fato, a execução do direito à educação sem que contemple a conscientização socioambiental das pessoas poderá ensejar a responsabilização internacional da República Federativa do Brasil, perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, por violação do direito social à educação previsto no art. 13 do Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos, podendo o referido Tribunal internacional condenar a República Federativa do Brasil a reparar as consequências da omissão configuradora de violação do direito humano à educação, mediante a imposição de obrigação de implementar políticas públicas educacionais voltadas ao consumo consciente, promovendo-se, destarte, a proteção do meio ambiente por meio da educação.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL JÚNIOR, Alberto do Amaral. *Comércio internacional e proteção do meio ambiente*. São Paulo: Atlas, 2011.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vida para o consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: 34, 2010.
- BERNARDES, Márcia Nina. Sistema interamericano de direitos humanos como esfera pública transnacional: aspectos jurídicos e políticos da implementação de decisões internacionais. *SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 8, n. 15, p. 135-156, dez. 2011.
- BOUDRILLARD, Jean. *A sociedade de consumo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2011.
- CAPRA, Fritoj. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Cultrix, 2005.
- CAPRA, Fritoj. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- DALY, Herman E. Economics in a full world. *Scientific American*, EUA, v. 293, n. 3, set. 2005.
- DURKHEIM, Émile. *Educação e sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2011.
- EFING, Antônio Carlos. *Fundamentos do direito das relações de consumo*. Curitiba: Juruá, 2011.
- FAJARDO, Elias. *Consumo consciente, comércio justo: conhecimento e cidadania como fatores econômicos*. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2010.
- FOSTER, John Bellamy. *A ecologia em Marx: materialismo e natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FREITAS, Juares. *Sustentabilidade: direito ao futuro*. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012.
- GIDDENS, Anthony. *As Consequências da modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: UNESP, 1991.
- HARDING, Stephan. *Terra viva: ciência, intuição e a evolução de Gaia: para uma nova compreensão da vida em nosso planeta*. São Paulo: Cultrix, 2008.
- LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Trad. Lúcia Mathilde Endlic Orth. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- MORIN, Edgar. *A via para o futuro da humanidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Década da educação das Nações Unidas para um desenvolvimento sustentável, 2005-2014: documento final do esquema internacional de implementação*. Brasília: UNESCO, 2005.
- PAGLIARINI, Alexandre Coutinho. Teoria geral e crítica do direito constitucional e internacional dos direitos humanos. In: PAGLIARINI, Alexandre Coutinho; DI-MOULIS, Dimitri (Coord.). *Direito constitucional e internacional dos direitos humanos*. Belo Horizonte: Fórum, 2012.



- PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e direito constitucional internacional*. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- PIOVESAN, Flávia. *Direitos humanos e justiça internacional*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- PIOVESAN, Flávia. *Temas de direitos humanos*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- PORTILHO, Fátima. *Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- RAMOS, André de Carvalho. *Processo Internacional de direitos humanos*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
- RISTER, Carla Abrantkski. *Direito ao desenvolvimento: antecedentes, significados e consequências*. São Paulo: Renovar, 2007.
- SACHS, Ignacy. *Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- SOUZA, Marcos Gouvêa de. *Metaconsumidor: a sustentabilidade na visão do consumidor*. São Paulo: GS&MD, 2010.